

Ata de Reunião

1

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às oito e meia, os membros 2 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para a 8ª 3 Assembleia Geral Extraordinária de 2022, realizada de forma híbrida, presencialmente na 4 Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap) na cidade de 5 Uberlândia – MG, e virtual pelo link: https://bit.ly/3XJzNrD, para discutir os seguintes 6 pontos de pautas que foram encaminhados anteriormente a todos os membros: Item 01 -7 Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Discussão e 8 deliberação da ata da 4ª Assembleia Geral Extraordinária de 2022 (14.07.2022) e 5ª 9 Assembleia Geral Extraordinária de 2022 (22.07.2022); Item 03 - Comunicado aos 10 conselheiros; Item 04 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia; 11 Item 05 – Discussão e deliberação CBH Araguari nº 137 de 09 de novembro de 2022, 12 ad referendum, que delibera a participação de colaborador eventual na Assembleia 13 14 do CBH Araguari; Item 06 – Discussão e deliberação do Plano Orçamentário Anual (POA) da ABHA Gestão de Águas, custeio 7,5% para 2023; Item 08 - Discussão e 15 deliberação da minuta que delibera a alteração do produto 06 da Deliberação 16 Normativa CBH Araquari nº 110 de 17 de dezembro de 2021; Item 09 - Discussão e 17 deliberação da minuta que delibera a alteração do Plano de Aplicação Plurianual 2020 18 - 2023, aprovado pela Deliberação Normativa CBH Araguari nº 113, de 17 de 19 dezembro de 2021; Item 10 - Apresentação e deliberação para continuidade do 20 Projeto ProUrga: Item 11 - Discussão e deliberação do cronograma de reuniões de 21 2023; Item 12 - Apresentação do Projeto Buriti - DMAE; Item 13 - Informe das 22 23 Câmaras Técnicas, Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan), Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), Câmara Técnica de Assuntos Institucionais 24 e Legais (CTIL); Item 14 - Informe do Grupo de Acompanhamento do Contrato de 25 Gestão (GACG); Item 15 – Entrega do Projeto de Recuperação Ambiental da área do 26 27 lixão de Santa Juliana, habilitado no edital PMI 001/2019 – Demanda Espontânea; Item 16 - Outros assuntos. Membros presentes: Bruno Neto de Ávila (Igam), Pâmela Desirré 28 Bernardes (Igam), Miguel Ribon Junior (Seapa), Cristiano Corrêa Lemos (PMMG), Alberto 29





José de Almeida (Emater), Hideraldo Buch (SES), Dayane Aparecida Pereira de Paula 30 31 (IEF), Juliene Cristina Silvério (IEF), Rugislaine Dias Alves de Zoppa (IMA), Wilton José Fernandes (PCMG), Marinho Martins Severino Segundo (Prefeitura Municipal de 32 Sacramento), Bruno Gonçalves Santos (Prefeitura Municipal de Araguari), Elci Lemes 33 Pereira (Prefeitura de Nova Ponte), João Batista Junior (Prefeitura Municipal de Santa 34 Juliana), André Vieira dos Santos (Prefeitura Municipal de Patrocínio), Marcos Magno da 35 Gama (Inter-Ambiental), Rick Max Aramaki (Prefeitura Municipal de Uberaba), Kassio 36 Henrique Gama Souza (Rides), Reginaldo José de Oliveira (Prefeitura Municipal de 37 Indianópolis), Ivo de Ávila Ferreira (Prefeitura Municipal de Tapira), Augusto Peres Arruda 38 (Prefeitura Municipal de Serra do Salitre), João Cláudio Ferreira Costa (Prefeitura Municipal 39 de Tupaciguara) Fausto José Silva (Sindágua-MG), Antônio Geraldo de Oliveira (Unicerp 40 Patrocínio), Sylvio Luíz Andreozzi (UFU), Polyanna Custódio Duarte (Angá), Maurício 41 Marques Scalon (Fonasc), João Eduardo Della Torres (Abes), Fernando Antônio Abdalla 42 (Aprogeo-Trialto), Fernando Cezar Juliatti (Agrotap), Celismar Costa Melo (Dmae), Leandro 43 Borges da Cruz (Copasa), Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves (Fiemg), Alex 44 Pimenta Batista (Ibram), Domiciano Aparecido Moreira (Faemg) e Jadir Silva de Oliveira 45 (Siamig). Convidados: Rodrigo França, Télio Henrique Macedo e Souza (Grupo Décio), 46 Mariana de Paula e Souza Renan (Fiemg), Thiago Figueiredo Santana (Igam), Anne 47 Caroline Malvestio (UFU), Sândra Vieira (Abha Gestão de Águas), Hygor Siqueira (Abha 48 Gestão de Águas), Cristiane Turlon (Abha Gestão de Águas), Ronaldo Barbosa (Abha 49 Gestão de Águas), Thiago Nascimento (Abha Gestão de Águas), Isabel Evaristo (Abha 50 Gestão de Águas), Angelica Queiroz (Dmae) e Masterson Silva (Dmae). No item 1 de pauta, 51 52 após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari), Bruno Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a 53 presença de todos e a disponibilização da Amvap pelo espaço. No item 2 de pauta, sobre 54 a discussão e aprovação das atas, a secretaria informa que não recebeu contribuições nas 55 atas, o Presidente abre a palavra para os conselheiros, não havendo contribuições, o 56 Presidente coloca em deliberação, sendo aprovadas pelos conselheiros. No item 3 de 57 pauta, no comunicado aos conselheiros, o secretário, Maurício Scalon faz relata sobre a 58



sua presença na Reunião do Fórum Nacional do Comitê de Bacias Hidrográficas em Natal, pontua que os dias foram produtivos e expõe sobre a próximo Encob que será nos dias 21 a 25 de agosto em Natal. O conselheiro Hideraldo Buch comenta que o Encob no ano de 2023 será no meio do ano, tradicionalmente ele é em outubro mais por questões do governo do estado, local e a data do evento, foi decidido fazer nesta data do dia 21 a 25 de agosto. O conselheiro Miguel Ribon pede a palavra para comunicar que a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária recebeu uma carta aberta no mês passado falando sobre uma manifestação pública de interesse econômico social ambiental SOS Represa de Nova Ponte afluente do Rio Araguari e disse que a secretaria de agricultura já respondeu ao que foi solicitado. O Presidente do CBH Araguari informa a pedido da Tayna Uber (Igam) que foi encaminhado pelo Orgão Gestor um questionário com a avaliação do indicador 5^a, que se refere a avaliação da entidade equiparada, comentou sobre o prazo até o dia 23 de dezembro para o conselheiros responder a avaliação, esse e-mail foi encaminhado diretamente pelo Igam e reforçou sobre o prazo e para que todos façam. No item 4 de pauta, Isabel Evaristo (Abha) faz a leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia. No **item 5** de pauta, o Presidente explica sobre a participação do colaborador eventual Cláudio Costa Barbosa na 7^a Assembleia Geral Extraordinária e comemoração dos 24 anos do CBH Araguari, sendo necessária uma deliberação para o custeio. Gonçalves coloca a deliberação, ad referendum, em votação, sendo referendada pelos conselheiros. No item 6 de pauta, o Presidente explica sobre a participação do conselheiro Maurício Marques Scalon na Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Usuários das Águas do Ribeirão Pavões e Região (AUAPA). Gonçalves e esclarece que o Diretor Geral do Igam, Marcelo Fonseca pediu para que o comitê tivesse representatividade nessa reunião onde foi assinado o protocolo de intenções, sendo o comitê intervenientes nesse protocolo. O Presidente coloca em votação, sendo aprovada pelos conselheiros. No item 7 de pauta, o Diretor-Presidente da Abha Gestão de Águas Thiago Nascimento, explica que o POA se trata de um Planejamento Orçamentário Anual e todo ano passa na plenária para demonstrar aos conselheiros o valor que se tem de custeio 7,5 e como esse valor está empregado para custear toda a estrutura da Abha com relação ao contrato do Igam. A

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86



palavra foi passada para o Coordenador Técnico da Abha, Hygor Sigueira, que realiza a apresentação do plano. Não havendo nenhuma contribuição dos conselheiros, o Presidente coloca em votação, sendo aprovado. No item 8 de pauta, Gonçalves comentou que todos receberam essa proposta de alteração adequando justamente o que se tinha falado anteriormente, não houve manifestação de contribuição, foi colocado em votação e aprovado pelos membros. No item 10 de pauta, o presidente pediu para que fosse feito uma inversão do item 9 para o item 10 por conta dos encaminhamentos, assim, Pâmela Desirré, representante da Urga, apresentou o relatório de atividades, os resultados do acordo de cooperação técnica que foi celebrada entre a Semad, Igam e Abha com a interveniência do MPMG e do CBH Araguari, a palavra foi aberta para os membros se manifestarem a respeito do assunto, o conselheiro Fernando Abdalla (Aprogeo) pontua algumas questões, primeiramente comenta sobre o termo de identificar não outorgados e pergunta como que seria esse processo. Pâmela disse que pelo Google Earth conseguem visualizar onde tem captação no curso hídrico, então a capacitação direta pode ser identificada e barramento também. Fernando Abdalla pergunta se efetivamente o recurso seria usado e de que maneira seria essa identificação de não outorgados. A representante da Urga expõe que seria por meio da contratação dos estagiários que fazem a análise de onde tem outorga e onde ocorre capacitação. Outra questão que o conselheiro questiona é a respeito dos processos que estão sendo analisados com recurso humano oriundo do recurso financeiro passado pelo comitê seriam para novos pedidos de outorgas ou para também renovação de outorgas. Pâmela disse que também são para a renovação. Abdalla fala sobre o ponto de vista administrativo, o processo de outorga é preenchido o formulário e encaminhado e entregue ao sistema, questiona sobre o que o sistema gera para o empreendedor, quais documentos serão recebidos depois de ser formalizado. Pâmela Bernardes explica que recebem um recibo de que o processo foi formalizado e o processo é encaminhado para a área de análise e se tem um custo para formalizar e no caso vai depender do modo de uso. Fernando Abdalla disse que traz esses questionamentos para os conselheiros porque desde o início deste acordo embora tenha sido uma ideia do momento, e que tenha tido efetivamente contribuições para o sistema, para a gestão de

88

89

90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115



recursos hídricos, ele acha que perdurar com isso sem que haja o que ele levantou na outra reunião. Fernando questiona qual seria o benefício que o usuário teria quanto a isso, sobre a taxa que é custeada, pontua que os conselheiros deveriam repensar bem sobre essa questão. Pâmela comenta que essa taxa que é cobrada no momento de renovação é referente ao cisto de análise do processo, uma nova análise técnica onde o estado cobra e com relação ao ganho do investimento, a agilidade na análise no processo de outorga contribui para a efetiva cobrança dos recursos hídricos para que seja feito de uma forma real. O representante da Urga, Bruno Ávila comenta em relação ao benefício do usuário, sobre a rapidez do processo que atualmente está entre 40 dias em média. Ávila fala sobre a rapidez do retorno deste investimento, e isso traz um benefício na parte econômica da bacia, da parte social, ambiental pela demanda do uso e consumo da água, e ressaltou que os benefícios são muito grandes. O representante da Prefeitura Municipal de Indianópolis, Reginaldo José aproveita a oportunidade para fazer uma observação, disse ser favorável ao programa, comenta sobre a existência de passivos de processos enormes e que era algo insustentável, foi apresentado as metas alcançadas, a importância da fala do Bruno sobre a economia que é significativa, mais a única coisa no qual ele tem preocupação é que esse programa foi criado para dar justamente celeridade aos processos e isso aconteceu e tem um aditivo para dar continuidade, haja vista sobre a importância que é o programa, não é uma responsabilidade do comitê, o estado tem que resolver essa questão de contratação de analistas, e que todos devem ficar atentos, até quando vão bancar essa situação, e questiona o que o Igam pretende fazer com relação a isso. Bruno Ávila disse que concorda com o que foi dito, sobre a continuidade do processo, eles vêm tentando reduzir e adaptar exatamente essa necessidade do que a regional precisa, então o projeto começou com um número grande de estagiários, atualmente está com um número reduzido, na questão de realmente atender o que eles necessitam, eles estão tentando ajustar isso para que aos poucos eles deixem de necessitar deste apoio, fala sobre o sistema de análises que vai contribuir bastante. Thiago Santana da Urga complementa uma fala do Bruno Ávila, até em resposta para o Reginaldo da prefeitura de Indianópolis, disse que tem o problema de passivos de outorgas que era famoso no estado, pois toda essa

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144



parceria com o comitê do Araquari com a Abha possibilitou que o estado hoje zerar seu passivo de outorga e isso é muito importante, isso retorna em maior arrecadação, maior informação e gestão para o comitê, e no contexto do que o estado tem feito para reduzir para dar essa resposta sem a necessidade desse apoio do comitê, eles já começam com uma questão de revisão normativa, que simplificaram os processos de outorga, sem perder informações e dando maior cerelidade, a otimização dos processos de outorga de sistema, e sensibilizou a todos nesse sentido do quão importante é essa parceria com o comitê do Araquari, o comitê tem informação, tem arrecadação e esse processo é para consequirem parceria e dar essa resposta para a sociedade, disse que respeita o comentário que foi feito pelo conselheiro Fernando Abdalla sobre o custo de taxas, gostaria de esclarecer que isso é uma questão de lei e eles não conseguem alterar, mais sensibilizou a todos para que pudessem continuar com essa parceria para continuarem dando respostas. O secretário Maurício Scalon contribuí com o que foi dito pelo conselheiro Reginaldo, entende sobre o papel do comitê dentro da discussão da política de recursos hídricos e fica preocupado com uma série de situações, disse que acabaram de ter no plenário do Fórum Nacional, uma fala do Humberto da ANA, expondo sobre a importância da participação política do Fórum Nacional nesse momento de transição política, no qual o governo em que está vigente ainda através do Conselho Nacional tem colocado coisas absurdas para a responsabilidade do comitê no qual não é responsabilidade do comitê. Scalon entende que tem que contribuir sim, para melhorar a condição de regularização do processo de uso de água no nosso comitê, entende também que o governo atual de Minas Gerias contribuiu de maneira significativa para do desmantelamento. Scalon pontua que não tem que ficar eternamente contribuindo com processo de outorgas de água, o papel desse processo do Igam é do estado e tem que assumir isso, tem muitas coisas para serem feitas e não devem ficar responsabilidades por isso. O conselheiro Fausto Silva comenta para a fala do Bruno Avila sobre a questão do uso insignificante e da questão da outorga de pequeno porte poderia ser mais célere na sua visão e pergunta em quanto tempo o uso significante e pequeno é regularizado na outorga depois do documento ser entregue, ser feito pagamento de todas as taxas e ter o recibo. Bruno Ávila explica que a questão dos usos insignificantes é pelo

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173



sistema online, consegue fazer o cadastro na hora, os processos de pequeno porte ou de baixa complexidade tem um tempo de análise de 50 dias depois de ser encaminhado para a análise. A representante da Fiemg, Maria Eduarda Rodrigues, parabeniza Pâmela e Bruno pela apresentação da Urga e faz um questionamento sobre quanto tempo será a previsão do projeto. Pâmela Desirré fala que a previsão é de 12 meses e nesse caso já está vigente por 4 meses. A conselheira Maria Eduarda agradece o esclarecimento e manifesta o apoio para a manutenção do projeto. O representante do Dmae, Celismar Costa fala que apesar de concordar com alguns comentários que foram feitos, sobre não ser de responsabilidade perene do comitê essa manutenção, mais a parceria realmente trouxe benefícios para o comitê, foi algo de exceção, no momento em que estavam com um número de outorga muito alto e isso trouxe para o comitê tanto receita quanto a informação do que está acontecendo dentro do nosso território, porque a partir deste convênio, todos esses processos que foram formalizados e puderam se tornar de fato regular através dessa parceria, possibilitou ao comitê ter conhecimento de fato do que tem sido a demanda pelo uso da água dentro do próprio território, então além da contribuição, da melhoria, da arrecadação com essas novas outorgas que impactam no orçamento para o comitê, para que o comitê continue funcionando, o principal que é imensurável é esse leque de informações que vem a acrescentar para que eles tenham uma boa gestão dos recursos hídricos através dessa parceria. Celismar expõe que esperam um cenário ideal que possa se concretizar o mais breve possível que é a melhoria na tecnologia pelo Igam e a reestruturação do estado, com 21 meses já transcorreu 4 messes, disse que é realmente necessário e o que cabe a eles é de formar um coro com o estado dentro desses 8 meses restantes da parceria prorrogada, que haja os investimentos dentro do período, para que assim o Igam possa encaminhar. Celismar expõe que não vê nenhum tipo de prejuízo para o comitê. O representante da Siamig, Jadir Oliveira manifesta apoio a manutenção do projeto como representante do setor e pagador do recurso hídrico, acha que é um recurso muito bem empregado e que não cabe na discussão o que é obrigação do estado, e que o apoio nessa manutenção é fundamental. Reginaldo José expõe que talvez tenha provocado a questão da viabilidade do programa ou não, disse que para ele o programa é

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202



extremamente viável e importante, como são pautados pela legislação, têm que estar preocupados sobre o que a legislação impõem como responsabilidade do comitê ou não, então quis propor que uma vez vencido esse aditivo, que a mesa contate para eles discutirem a situação para avaliar onde é que o Igam, realmente esteve preocupado em suprir o seu quadro pessoal. Reginaldo expõe que tem que ser resolvido de forma legal para que isso seja feito com profissionalismo, pode ser mantido 12 meses, e pede para que isso esteja como item de pauta. O presidente pontua que a fala de Reginaldo foi importante e que eles vão proceder dessa forma e deixa claro que depois desses 12 meses, será discutido novamente essa situação antes do vencimento, foi colocado em votação, com a abstenção do conselheiro Domiciano Aparecido Moreira (Faemg), foi aprovada a manutenção do projeto. No **item 9** de pauta, o Coordenador Técnico, Hygor Siqueira faz a apresentação da proposta de remanejamento de recursos do PPA no período de 2023/2024 que foi discutida na Diretoria e na CTPlan. O conselheiro Reginaldo José questiona se não esquecerem de garantir e assegurar rubrica para manter em uma ação importante. Hygor Siqueira disse que não, o que foi discutido tanto na diretoria quanto da CTPlan foi seguido da mesma forma, mesma proposta. O representante da Abes, João Eduardo Della Torres expõe que sua dúvida não é relacionada a valores, fala do anexo único do Plano Plurianual, na folha 6-15 tem uma justificativa onde está escrito "considerando o passível", não seria o passivo, e na página 10-15 está "apoio a projetos de recuperação de matas ciliares, resultados esperados: conservação do solo, cercamento e plantio", ele sugere se não tiverem considerado, escrever manutenção de mudas. Hygor Siqueira agradece a sugestão de João Eduardo, e esclarece para os conselheiros que todas as ações relacionadas a plantio, a manutenção já é prevista, mais nada impede de registrar o termo, conforme foi solicitado. Não havendo nenhuma outra contribuição ou manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovada a proposta de remanejamento de recursos do PPA no período de 2023/2024, com as alterações sugeridas pelo João Eduardo Della. No item 11 de pauta, a Sra. Isabel Evaristo (Abha) projeta a proposta do cronograma de reuniões de 2023, o presidente expõe que essas datas são importantes para cumprirem inclusive com o que tem em nosso regimento, onde as reuniões são de 2 em 2 meses, pontua que nas datas já

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231



foram considerados os feriados, outras reuniões de outros comitês. Fernando Abdalla sugeriu que a primeira reunião que está no dia 2 de fevereiro, fosse no dia 9 de fevereiro. João Eduardo Della Torres pergunta se no mês de fevereiro olharam a questão do carnaval e no mês de agosto não está coincidindo com o Encob. O presidente pontua que foram consideradas as datas. Foi colocado em votação, sendo aprovado pelos membros com a sugestão do conselheiro Fernando Abdalla. Houve a inversão de pauta no item 12 com o item 13. No item 12 de pauta, o coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Controle (CTPlan), Sylvio Andreozzi faz a apresentação dos programas que estão sob a responsabilidade da Câmara Técnica, faz um agradecimento aos integrantes da câmara técnica. Andrezzi disse ter a felicidade de trabalhar com um grupo muito aplicado, o pessoal realmente se interessa, ajuda e que a câmara técnica tem trabalhado de maneira extremamente harmoniosa e efetiva, trazendo bons resultados, agradece também em nome do Hygor e da Isabel, o apoio da Abha que tem sido extremamente efetivo e facilitou muito o trabalho, na apresentação comenta sobre o andamento das ações. Gonçalves agradece a participação de todos os membros da Câmara Técnica, a coordenação também que foi fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos. O coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), Fausto Silva fala sobre os processos de outorgas que foram analisados, agradece aos membros da Câmara Técnica, a Isabel Evaristo pela colaboração e empenho e ao pessoal da Abha. O presidente agradece ao pessoal da Câmara Técnica sobre o desenvolvimento dos trabalhos. A Coordenadora da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais (CTIL), Mariana de Paula agradece a Isabel Evaristo e Bruno Gonçalves e realiza a apresentação das demandas analisadas nas reuniões, e comentou ter tido contato com todos os integrantes da CTIL que são extremamente competentes e agradeceu a acolhida de todos. No item 12 de pauta, os representantes do Dmae, Celismar Costa e Masterson inicia a apresentação do Projeto Buriti. Por conta de uma queda de energia, a reunião foi interrompida, os itens que estavam faltando para ser abordados foram suspendidos, e serão passados na próxima assembleia, o presidente Bruno Gonçalves agradece a participação de todos que estavam no presencial e no on-line. Encerro esta ata,

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259



Isabel Evaristo, constando que a lista de presença anexa é parte integrante deste documento.

Link da Gravação da reunião no Youtube:

264 XXXXXXX

265



